



**LEI Nº 3.183 DE 30 DE OUTUBRO DE 2025.**

**DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS INCIDENTES SOBRE PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, MARIA DO SOCORRO DELFINO PEREIRA**, no fiel uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, em amparo ao disposto na Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a promover, por meio de programas de regularização fundiária urbana e rural, a titulação das áreas ocupadas por famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em comunidades identificadas por estudo técnico e relatório assistencial.

**Art. 2º.** As famílias beneficiárias poderão estar cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e ter sido identificadas em laudo técnico emitido pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como em situação de risco ou vulnerabilidade social.

**Art. 3º.** Ficam isentas do pagamento de tributos municipais incidentes sobre a regularização fundiária:

- I - Taxas de expediente e emolumentos administrativos municipais;
- II - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Intervivos (ITBI), quando aplicável à regularização da posse;
  - I – Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre o período anterior à titulação da área.

**Art. 4º.** A regularização fundiária realizada nos termos desta Lei deverá observar os princípios da **função social da propriedade**, da **legalidade**, da **dignidade da pessoa humana** e do **interesse público**, e poderá ser feita por meio de Termo de Concessão de Direito Real de Uso ou da titulação definitiva da propriedade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS / PODER EXECUTIVO  
**GABINETE DA PREFEITA**

**Art. 5º.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, podendo celebrar convênios e parcerias com órgãos estaduais e federais, além de entidades da sociedade civil, para execução das ações de regularização e titulação.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS,** Estado da Paraíba, em 30 de Outubro de 2025.

